

Reajuste revolta os donos das escolas

Em reunião extraordinária realizada ontem, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieesp) classificou o índice máximo de 116,09% para o reajuste do primeiro semestre letivo como "absurdo e sem fundamento". Segundo as contas do sindicato, o custo real das escolas já ultrapassa a taxa de 188%.

De acordo com o vice-presidente Sergio Arcuri, a decisão sobre como recorrer contra a liminar do juiz Milton Gordo, da 5ª Vara, será tomada amanhã à noite, após o encerramento do primeiro dia da IV

Jornada Latino-Americana de Educação.

"Não conseguimos chegar a nenhuma conclusão sobre este índice, mesmo fazendo todas as contas possíveis e impossíveis", declarou Arcuri após a reunião, à qual também estiveram presentes o presidente do Sieesp, José Aurélio de Camargo, o consultor jurídico Adid Salomão e o advogado Gastão Suab. Os trabalhos de ontem se resumiram à análise de toda a legislação, numa retrospectiva de quase duas décadas, através da qual o sindicato pretende basear a conduta jurídica a ser adotada.

Mas uma coisa é certa: a liminar não será aceita passivamente.

"É uma brincadeira o que estão fazendo com a educação e as escolas do País. Um reajuste de 116,09% significa a falência dos estabelecimentos de ensino privado", afirmou Mauro Salles de Aguiar, diretor do Colégio Bandeirantes. Para ele, se este índice e a decisão de devolver os reajustes já aplicados não forem revogados, a única saída será "fechar as portas. Reajustamos os salários dos professores em 168% e isto é irreversível".

Além disso, o diretor do Colégio Bandeirantes acusou o secretário, Paulo Salvador Frontini, da Defesa do Consumidor, e o secretário, Chopin Tavares de Lima, da Educação, de estarem fazendo "jogo de cena". "Eles só querem aparecer. Fazem cena para sensibilizar e confundir a população, e por trás a coisa é diferente." Segundo Mauro Salles de Aguiar o secretário Chopin declarou, em reunião realizada com representantes de diversas escolas privadas (após ter sido vetada a deliberação 7/87, do Conselho Estadual da Educação): "Se todo mundo desrespeita o congela-

mento, por que as escolas não fazem o mesmo?" — "É esse o tipo de político que decide sobre a educação do País. Os de quinta categoria", disparou.

Também o diretor do Colégio Oswaldo de Andrade, Paulo Chacon, não poupou palavras ao comentar a liminar. "Estamos estupefatos com o posicionamento deste juiz. Ele parece não conhecer as regras básicas da matemática", disse, estendendo a consideração para o secretário Paulo Frontini e Nelson Boni, delegado do MEC em São Paulo. "Não era a hora de eles

se colocarem demagogicamente à frente de meia dúzia de pais de alunos", afirmou.

A possibilidade de o Colégio Oswaldo de Andrade acatar a decisão judicial nem está sendo cogitada. "É impossível, ainda não sabemos qual será a melhor solução, mas não vamos trabalhar no vermelho." Segundo Chacon, o índice de 116,09% significa um corte de pelo menos 40% na renda das escolas. "Este juiz não tem idéia do que fez", acusou. Para ele, se a liminar não for revogada, a única opção será fechar as portas do Oswaldo de Andrade a partir de agosto.